

CLIPPING NOTÍCIAS

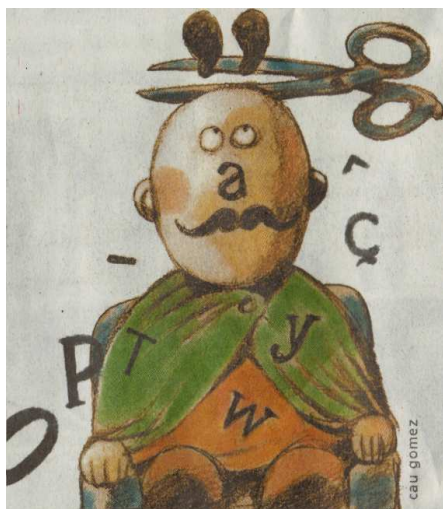
ANO 1, n. 5, out./2008.

IDIOMA | Meta é unificar a ortografia dos oito países da Comunidade de Países de Língua Portuguesa. Mudança inclui aposentadoria do trema e reabilitação das letras k, y e w, além de confusão no meio escolar

Reforma ortográfica vale a partir de 2009

CLÁUDIO BANDEIRA

cbandeira@grupoatarde.com.br



Quando extraíram o trema de saudade (usado em poemas) e o "c" do objecto e de artefacto, até que os falantes brasileiros não sentiram tanta falta assim. Mas, certamente, a aposentadoria do trema determinado pelo novo Acordo Ortográfico, a entrar em vigor em 2009, vai fazer muita falta em palavras como lingüiça, conseqüência e, ainda mais, ao qüinqüênio, que usa o sinal em dose dupla.

Seja como for, a hora é de esquecer muito do que se aprendeu com esforço na sala de aula para se adaptar ao que determina o documento que deverá entrar em vigor a partir do próximo ano com a meta de unificar a ortografia dos oito países que integram a Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP): Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste.

Os especialistas acreditam que as línguas portuguesas, como faladas no Brasil e em Portugal, embora gêmeas, não são idênticas, o que atrapalha a difusão do idioma pelo mundo.

Todos os documentos produzidos por instituições governamentais ou não precisam ser adaptados, respeitando as nuances da escrita de cada país. Da mesma forma, a certificação de proficiência no português também não pode ser unificada, bem como livros didáticos e ferramentas lingüísticas, como dicionários e gramáticas.

A partir da constatação, Brasil e Portugal, no início da década de 1990, propuseram um acordo de unificação ortográfica que, após muitas discussões, vai ser implementado a partir do próximo ano. Apesar disso, as divergências não param dos dois lados.

Embora tenha ratificado o documento, Portugal acredita que o Brasil apresenta um modelo que descaracteriza a língua portuguesa, uma vez que boa parte das regras a serem adotadas após a reforma parte do idioma utilizado pelos brasileiros.

Do outro lado da discussão, o Brasil defende que Portugal adota uma postura inabalável por causa das pressões de nacionalistas que querem polemizar o acordo ao alegar que o Brasil teria interesse político por trás da reforma, quando pensam em enriquecimento da cultura por meio da difusão do idioma.

DECRETO - Como o primeiro país a ratificar o acordo em 2004, os brasileiros integrantes da Comissão de Língua Portuguesa (Co-lip) do Ministério da Educação, responsável pela unificação da ortografia da língua no País, decidiu que já esperou muito por uma decisão de Portugal e enviou uma proposta ao governo para que a reforma ortográfica entre em vigor em 1º de janeiro de 2009.

No final de setembro, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou o decreto que estabelece a reforma ortográfica em solenidade na Academia Brasileira de Letras (ABL), no Rio de Janeiro. As mudanças na escrita começam a valer a partir de 1º de janeiro de 2009. De 2009 até 31 de dezembro de 2012, ou por um período de quatro anos, o País terá uma fase de transição, na qual ficam valendo tanto a ortografia atual quanto as novas regras. Portanto, concursos e vestibulares deverão aceitar as duas formas de escrita a atual e a nova.

O caso do hífen

HOJE	PODE MUDAR
Reescrever	Re-escrever
Girassol	Gira-sol
Passatempo	Passa-tempo
Porta-retrato	Portarretrato
Tira-teima	Tirateima

A incorporação das mudanças será obrigatória a partir de 2010 nos livros escolares. Em 2009, podem circular livros tanto na atual quanto na nova ortografia. No entanto, mesmo em território nacional, especialistas em lingüística e membros da própria Colip divergem em relação aos termos em que a mudança é apresentada. No centro da reforma está a discussão da real necessidade da unificação da ortografia da língua, dúvida que levou Portugal a demorar em ratificar o acordo, que só ocorreu em maio. Ele trará impactos econômicos e educacionais ao País, que terá de arcar com o custo de reeditar o material didático e re-educar recém-alfabetizados sob as antigas regras.

Nem todos, porém, discordam das novas regras. É o caso do especialista em lexicografia e membro da Academia Brasileira de Letras Evanildo Bechara. Em várias ocasiões ele tem externado sua opinião positiva em relação ao documento: "A reforma ortográfica propõe uma unificação da ortografia da língua portuguesa, que servirá não só para facilitar a tradução de documentos oficiais, como para incluir o idioma em um cenário mais amplo em âmbito internacional", defende.

Evolução da língua é esquecida

CLÁUDIO BANDEIRA

[cbandeira@grupoatarde.com:br](mailto:cbandeira@grupoatarde.com.br)

Muitos são os pontos divergentes levantados pelo Acordo Ortográfico. "O acordo não respeita a evolução natural da língua. Portugal tem uma cultura ortográfica, e o Brasil, outra", lembra a professora de português Maria de Lourdes Siqueira. Segundo ela, o documento é insuficiente para atingir seus propósitos, uma vez que muitas palavras continuarão apresentando possíveis variantes ortográficas.

"As dificuldades de compreensão da escrita, quando ocorrem, são devidas às diferenças semânticas (significados das palavras) ou gramaticais, as quais não são possíveis de se eliminar

por imposição de uma ortografia comum. Outro ponto negativo é que o Acordo Ortográfico prevê a existência de inúmeros casos de palavras com duas grafias possí-

veis: (a polícia) averigua (o crime), (a polícia) averigua (o crime). Antes do acordo: (a polícia) averigua (o crime), cita como exemplos.

Novos exemplos de dupla grafia lembrados por Maria de Lourdes: Antônio/Antônio; fenômeno/fenômeno; arimética /aritmética; recepção/receção ; cacto/cato, entre tantos outros. "O reconhecimento oficial de grafias duplas e múltiplas vai de encontro ao conceito de ortografia, além de enfraquecer a unidade da língua portuguesa escrita. O critério de pronúncia em que se basearam não pode ser tomado como propriedade identificado-ra de um sistema lingüístico e sim apenas de uma variedade dialetal ou social", cita.

O coordenador do curso de letras da Universidade Jorge Ama-

do, Francisco Mota, defende que o acordo não é bom ou ruim. "Não modifica a língua, mas a ortografia. Há pontos positivos e negativos na reforma, que pode ser aperfeiçoada de forma evolutiva. É necessário que todos colaborem", afirma o professor.

Segundo o estipulado no acordo, o uso do trema e a acentuação do primeiro "o" do hiato "ôo" serão descontinuados. Educadores habituados com as carências crônicas da realidade escolar acreditam que, no atual momento, a entrada em vigor da reforma só contribuirá para ampliar o caos, afastando do debate a profunda crise em que se encontra a educação no Brasil.

Problema semelhante será enfrentado pela maioria da comunidade de países lusófonos, com exceção de Portugal, onde o educacional não enfrenta os entraves verificados em países desiguais, como o Brasil e as nações africanas lusófonas.

Muitos são os motivos para considerar que o acordo ortográfico trará mais confusão à sala de aula. Segundo seu protocolo, letras consideradas em desuso no português – os velhos k, y e w – voltam a integrá-lo oficialmente. Até o super-homem não ficou incólume. Isso porque o "h", importante atributo de seus superpoderes, será abolido.

Os usos do hífen ainda são obscuros na reforma da escrita. O presidente do conselho diretor do Instituto Internacional de Língua Portuguesa, Godofredo de Oliveira Neto, diz que a criação das regras vai acontecer com o vocabulário ortográfico oficial, próxima etapa da reforma. (C.B.)

REFERÊNCIA:

BANDEIRA, Cláudio. Reforma ortográfica vale a partir de 2009. **A Tarde**. Salvador, ano 97, n. 32.711, 29 out. 2008. Espacial, p.10.

BANDEIRA, Cláudio. Evolução da língua é esquecida. **A Tarde**. Salvador, ano 97, n. 32.711, 29 out. 2008. Espacial, p.10.